

A estatura moral de Leonardo Coimbra

(À luz de três episódios da sua vida
e de dois documentos inéditos) *

Duas circunstâncias me levaram à escolha do assunto desta nossa palestra: vir falar ao torrão natal de Leonardo Coimbra e ter encontrado dois inéditos seus, na Biblioteca memorial que tem o seu nome, no Centro Regional do Porto da U.C.P.

Por um lado, era natural que os presumíveis ouvintes gostassem de saber quem foi um dos nomes mais ilustres da sua terra. Por outro, interessava dar a conhecer os dois documentos inéditos, em razão do seu valor autobiográfico. A estes se juntam duas cartas, que, apesar de terem sido publicadas, ainda não foram incluídas nos volumes dos *Dispersos* e são, por isso, pouco conhecidas.

Para aquilatarmos da importância destes escritos, temos de os inserir no contexto factual em que surgiram. Daí que seja necessário descrever as três situações ou ocorrências a que dizem respeito e que constituem outros tantos passos decisivos, na vida do pensador felgueirense.

Diz a sabedoria popular que a ocasião faz o ladrão. E ainda: é nas dificuldades que se vêm os homens. Mas é verdade que a ocasião também faz o herói e o santo. E os momentos cruciais, em que se não pode fugir a opções decisivas, também revelam as qualidades de fundo: convicções fortes, carácter firme, ideais

* Conferência proferida no dia 16 de Novembro, na Biblioteca Municipal Dr. Miguel Mota, de Felgueiras, a convite da Câmara Municipal (Vereadora D.^ª Fátima Felgueiras).

perseguidos, valores cultivados, isto é, a grandeza de alma ou estatura moral de alguém.

Ora, há três episódios na vida de Leonardo Coimbra, que são particularmente manifestativos da sua personalidade. Situam-se no início da actividade docente, em plena maturidade intelectual e no zénite da actuação pública, finalmente, nas vésperas da sua inopinada morte, após o trágico acidente de automóvel.

I.

O primeiro dos três episódios verifica-se no ano de 1912. É o concurso para professor assistente do Grupo de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Leonardo conhecia esta Faculdade e os seus Mestres, pois era a sucessora do Curso Superior de Letras, que frequentou a partir de 1909 e onde obteve a habilitação para o magistério liceal, sendo alundo distinto em várias disciplinas.

Era, então, Director do Curso Teófilo Braga, o principal defensor e divulgador do positivismo, entre nós.

Leonardo afirmara-se, desde o princípio da sua actividade doutrinária, em discursos, conferências e escritos, claramente anti-positivista, professando um espiritualismo metafísico-religioso. Para além de um vago anarquismo inicial, era republicano convicto; mas tivera a audácia de contrariar a filosofia dominante na Universidade e reinante na política.

A própria tese apresentada a concurso, que seria a sua primeira obra — *O Criacionismo*, era disso mesmo a prova inconcussa. Na verdade, começa deste modo:

«Um dos benefícios que o pensamento filosófico deve ao positivismo, é o da atenção que hoje desperta a metafísica. A metafísica inconsciente de uns (como os próprios positivistas) e a reflectida metafísica de outros eram feitas na tranquila inocência do instinto, ou na confiança de quem usa um direito indiscutível. O pensamento metafísico foi envergonhado pelo pensamento científico, sempre em progresso e em afirmações de *palpável* fecundidade. O espírito olhou-se de novo, e, se reconheceu que a metafísica lhe é intranha, ficou sempre com a censura nos ouvidos, e hoje a sua metafísica é consciente e crítica, prudente e humilde, corajosa e

honesto. Como se verá no decorrer do livro, é, para nós infundada e ingénua a distinção de Comte entre as *eras* do pensamento»¹.

O concurso incluía provas escritas, a defesa de uma tese e provas orais. Os pontos para as primeiras, no dizer de Leonardo, incluíam matéria excessiva para duas horas de trabalho, pois iam dos Gregos até Schopenhauer. Mas a sua maior queixa e a razão pela qual desistiu do concurso em plena prestação de provas foi o antagonismo com o principal arguente, o Professor Silva Cordeiro. Descreve o que se passou no artigo publicado, pouco depois, em *A Vida Portuguesa*².

Chegado à defesa da tese, depara-se-lhe, da parte do seu antigo Professor, uma «atitude de absoluta incompreensão e irritante ataque». Leonardo usa, noutro passo do artigo, expressão mais forte: «a mais disparatada e irritante maluqueira, que jamais vi em semelhante homem». Isto, depois de referir alguns destemperos, reveladores do complexo de perseguido-perseguidor, que nele presenciou, enquanto aluno.

Descreve, em seguida, o diálogo havido: os tópicos da intervenção do arguente, e a sua defesa, mostrando a sem razão das críticas feitas. A última, foi considerar o seu ponto de partida sistemático — «o pensamento elaborando as oposições ou resistências do sensível desconexo...» — como equivalente a afirmar que o pensamento tem por missão fazer antinomias, contradições.

E o filósofo veloz e gritante termina:

«viva o pensamento que faz a guerra, o caos, as lutas da sociedade portuguesa, viva o dinamite!»³

Comenta Leonardo: «ele supõe-se perseguido pelos carbonários, que, diz ele, lhe prometem pendurá-lo nos candeeiros»⁴. E acrescenta:

«Com isto me vim embora, deixando escrito um documento autenticado (...), declarando que não poderia ter confiança nas

¹ Leonardo COIMBRA — *O Criacionismo*. Porto: Renascença Portuguesa, 1912, p. 1.

² IDEM — *Porque abandonei o concurso*. *A Vida Portuguesa*. 1913, I, 6 (16-1-1913).

³ IDEM — *Dispersos*. 3º vol. Lisboa: Editorial Verbo, 1988, p. 248.

⁴ *Ibidem*.

resoluções do Sr. Cordeiro, atendendo à sua atitude de absoluta incompreensão e irritante ataque, e que me restava a única esperança duma reconsideração do conselho escolar chamando-o a uma atitude decente»⁵.

Tal não aconteceu, porém. De tal modo que, aquando da primeira prova oral, o arguente «repetiu-se na estupidez, na má-criação e na deslealdade». Então Leonardo disse ao Professor Cordeiro que ele fazia apenas um jogo de palavras sem sentido e ao Presidente do júri, que, não entendendo tal atitude como decente, se ia embora. E abandonou o concurso.

Esta a versão dos factos, feita pelo seu principal interveniente e sua vítima. Notemos que apresenta como única explicação para a desistência, os destemperos já conhecidos e a mania de perseguição do exclusivo arguente, aliada à estupidez, má-criação e deslealdade.

A comprovar substancialmente esta versão, temos um documento inédito de Leonardo Coimbra e o testemunho publicado de Hernâni Cidade.

O primeiro foi escrito no próprio dia da defesa da tese e reza assim:

«13 de Dezembro de 1912.

Para ulterior aproveitamento.

Já sabia que o Professor Silva Cordeiro tinha crises de fúria mental. Tive a sorte de o apanhar assim a *querer* discutir a minha tese. Amontuou argumentos sobre o que eu nela não dizia, não tendo, portanto, de que me defender. Isto foi feito com fúria e desordem. Transigi, supondo que lhe viria a lucidez. Para o caso negativo, faço este documento, que me dará direito de ulteriormente proceder, sem que se diga que o faço por interessados e ocasionais motivos.

Leonardo Coimbra»

Salientemos o seu carácter de prevenção para futura defesa e o esforço de isenção moral, apesar do aceso da polémica.

O segundo, o testemunho de Hernâni Cidade, foi publicado em 1950, na colectânea de homenagem a Leonardo Coimbra, coligida sob a direcção de Sant'Anna Dionísio, integrando uma

⁵ COIMBRA — *Dispensos*, 3º vol., p. 248.

comissão de iniciativa, constituída também por A. Casais Monteiro, Álvaro Ribeiro e José Marinho.

Aí, o antigo companheiro e colaborador do filósofo portuense acrescenta alguns factos que corroboram a sua versão, em particular, quanto ao estado de espírito do arguente.

Diz nomeadamente que, segundo constou, Silva Cordeiro fora prevenido da vinda de uma *claque*, composta de contertulianos e porventura de políticos, a acompanhar e apoiar o candidato. Daí que, ao dispor o cenário do espectacular torneio académico, dissesse estas palavras:

«— *Eu fico aqui, nesta cadeira, — e apontava para uma das doutorais mais perto do público — pois quero que eles me ouçam.*»

O ilustre Professor e crítico literário conheceu Leonardo Coimbra precisamente no concurso. Mais tarde foi-lhe apresentado. Falou-se do acontecido. Ao referir-se à frase que era atribuída a Silva Cordeiro, comentou:

«— Acompanhado de *claque*?!... Eu nem de mim próprio ia acompanhado. Tinha-me falecido um filho havia pouco...»⁶

É certo que o antigo colaborador na Faculdade de Letras do Porto apresenta uma visão do concurso contrária à do próprio Leonardo:

«... foi-me dado assistir à luta que se travou entre a sua eloquência fácil, mas vaga, e a dialéctica não menos fácil, mas muito mais precisa e directa de Silva Cordeiro (...). O admirável argumentador foi o tigre que apanhou a águia, antes de que ela desprendesse voo. Ao fim de menos de cinco minutos de exposição, o candidato não mais pôde alinhar um argumento, nem quase uma frase até ao fim. O arguente interrompia-o para lhe notar o que inculcava como erros ou contradições, e fazia-o com argúcia e vivacidade empolgantes! Leonardo desistiu.»⁷

⁶ Hernâni CIDADE — *Leonardo Coimbra (Depoimento dum Companheiro de Trabalho)*. In *LEONARDO Coimbra: Testemunhos dos seus Contemporâneos*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1950, p. 47-48.

⁷ *Ibidem*, p. 47.

Mas também é certo que no mesmo depoimento, depois de referir o encargo de uma sindicância, recebido, em 1919, da parte de Leonardo, então Ministro da Instrução Pública, confessa:

«Eis o que me aproximou de Leonardo Coimbra, numa afectuosa dedicação que, nos primeiros anos da nossa camaradagem na Faculdade de Letras, se manteve inabalável, até me decidir, um dia, a completo rompimento de relações»⁸.

Apesar de escrever à distância de quase duas décadas e de declarar que já lhe era possível fazê-lo com perfeita serenidade, somos inclinados a supôr que tende a apresentar uma visão minimalista da personalidade e da obra do companheiro de trabalho, que o tinha chamado do Liceu de Leiria para a Faculdade de Letras, «sem os sacramentos da liturgia tradicional», ou as velhas praxes das Universidades existentes.

De resto, não podemos reconhecer a Hernâni Cidade suficiente autoridade, no longínquo ano de 1912, para julgar decisivamente sobre o vencedor do pleito académico, porque, seguramente não conhecia a tese de Leonardo Coimbra, nem possuía maturidade suficiente, tendo então vinte e cinco anos e frequentando apenas o Curso Superior de Letras. O seu primeiro título bibliográfico aparece em 1914. Aliás, nem será possível dirimir a questão, por falta de mais testemunhos directos, e por impossibilidade de reconstituir a argumentação dos dois contendores.

O importante é que, como acentua o Professor Eduardo de Soveral,

«a estatura de L. C. como pensador é de tal craveira, que nada perde ou ganha com a derrota ou o êxito em provas universitárias; tanto mais que são frequentes os casos em que a Universidade e a História divergem na avaliação do mérito de homens insignes; haja em vista, por exemplo, o que aconteceu a Kant e a Freud»⁹.

Mais importante ainda é o que nos revela da sua estatura moral. Com efeito, o artigo em que apresenta a sua versão do episódio,

⁸ CIDADE — *Leonardo Coimbra*, p. 48. O motivo foi, certamente, ter sido alvo da sua fácil maledicência.

⁹ Eduardo de SOVERAL — *Análise de «O Criacionismo» de Leonardo Coimbra (1883-1936)*. In *O PENSAMENTO filosófico de Leonardo Coimbra*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1989, p. 32.

situa-se, desde o começo, em nível de preocupação ética: «Antes de mais nada, a confissão dum erro e duma falta moral»¹⁰. O erro consistiu em ter ido ao concurso, sabendo que do júri fazia parte o Prof. Silva Cordeiro, de quem conhecia muitas coisas que eram desgraças lastimáveis, além da mania de perseguição. Esse erro só teve como parcial justificação o desconhecimento de que a Faculdade lhe dera o exclusivo na função de arguente. Mas só justifica parcialmente o seu procedimento, porque ele não iria ao concurso, se não soubesse que ao Professor Cordeiro «lhe dera» para o distinguir, quando seu aluno, chegando a falar dele nos cursos com simpatia admirativa. E confessa: «esta é uma falta de honra, que ofereço aos meus inimigos para seu demorado gaúdio»¹¹.

Igualmente, no documento inédito há pouco referido, transparece nitidamente o cuidado de isenção moral:

«Para o caso negativo (escreve), faço este documento, que me dará direito de ulteriormente proceder, sem que se diga que o faço por interessados e ocasionais motivos».

II.

O segundo episódio situa-se na segunda quinzena de Dezembro de 1922 e na primeira semana de Janeiro de 1923.

Fôra chamado a fazer parte do Governo presidido pelo Eng.^o António Maria da Silva, como Ministro da Instrução. De harmonia com o programa do Governo, faz uma proposta ministerial para aprovação do Parlamento:

«Que ao abrigo dos n.ºs 6, 7 e 10 do Art.º 3 da Constituição fosse livre o ensino religioso nas escolas particulares fiscalizadas pelo Estado».

Como ele próprio declarou, em entrevista ao jornalista João Paulo Freire (Mário)¹² desejava fazer uma simples regulamentação, aclarando e dando forma jurídica ao que já, de há muito, vinha

¹⁰ COIMBRA — *Dispersos*. 3º vol., p. 245.

¹¹ *Ibidem*, p. 246.

¹² Diário de Notícias (8 de Janeiro de 1923).

sendo permitido pela vontade dos Ministros da Justiça. Mas as motivações eram de fundo, transcendentem à mera facticidade e oportunidade políticas. Argumenta, com efeito:

«Que democracia é esta em que a Liberdade não existe, aquela sagrada liberdade de um pai educar um filho, que é, afinal a mais sagrada liberdade do homem?! Essa liberdade só pode ter como limite a própria defesa da criança. E aí é que está tudo! Eu creio que dos bons e puros republicanos que protestaram, todos ou quase todos admitem o postulado implícito ou explícito de que há uma ciência que já descobriu tanta verdade que essa descoberta lhes deu o direito de se suporem o único órgão humano da Verdade.»¹³

É clara a alusão ao positivismo desses bons e puros republicanos. E continua:

«Vem tudo isto para lhe dizer que, politicamente eu faria o que uma *Democracia* tem obrigação de fazer para não mentir ao seu próprio espírito, e nada mais. Mas, filosoficamente, deixe-me dizer-lhe ainda que toda a educação tem de ser religiosa e o é, quer queiramos, quer não. Educar é acordar o homem para a vida consciente. Ser consciente é pôr em cada acto a responsabilidade de que fala Kant, quando nos diz que devemos actuar como se a nossa acção tivesse de ser norma para todo o Universo. E isto é ser religioso, meu amigo!»¹⁴

Contra a proposta irromperam as hostilidades, de maneira violenta e injusta, dentro e fora do Parlamento. Que era inconstitucional... Ora tal não ficou provado, pois o n.º 10 do art.º 3.º da Constituição rezava assim: «O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado, será neutro em matéria religiosa». E neutro não é o mesmo que laico, como alguns pretendiam, tendo esta palavra um sentido anti-religioso.

Que não era oportuno... — aqui Leonardo responde que era não só oportuno, mas urgente: «Mas era a urgência da Verdade e da Justiça!»¹⁵

¹³ João Paulo FREIRE (Mário) — *A Questão Leonardo Coimbra*. Porto: Livraria Civilização, 1927, p. 22.

¹⁴ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵ *Ibidem*, p. 22.

O Parlamento dividiu-se, em agitado debate e, na votação, a proposta foi vencida. Votaram contra muitos dos seus correligionários. Leonardo demitiu-se do ministério e do partido.

Como diz João Paulo Freire:

«Se o ministro tivesse sido um troca tintas, o caso tinha importância de somenos. Leonardo Coimbra, em vez de se curvar, alevantou-se. Em vez de ficar, saíu. A sua estatura iluminou-se de grandeza.»¹⁶

Eis o teor da carta de demissão ao Presidente do Ministério:

«Ex.^{mo} Presidente do Ministério e meu prezado amigo:

Ponderou V. Ex.^{cia} deante de mim as razões de ordem política que deviam marcar a oportunidade da apresentação da minha moção ou proposta ministerial sobre a regulamentação do ensino religioso nos colégios particulares.

Pareceram essas razões, a V. Ex.^{cia}, conducentes a uma dilação do assunto. Não tenho outras razões de ordem política a opôr às de V. Ex.^a; mas, tendo eu revelado publicamente o propósito de ser decidido e pronto na resolução do problema, não poderei modificar a minha atitude.

Fica, pois, a matéria do ensino religioso nos colégios particulares nesta posição:

Em doutrina, V. Ex.^a e os restantes membros do governo concordaram com os meus propósitos, dando, assim, às consciências religiosas e às consciências dos democratas do país, inteira satisfação moral a efectivar politicamente em mais oportuna ocasião.

Dessa oportunidade, talvez arbitrária e imprudentemente, fiz-me eu juiz e afirmei ter ela chegado desde já.

Esta discordância, apenas no modo de fazer, leva-me a pedir a V. Ex.^a me dispense da honra de continuar a ser seu colaborador no ministério.

Aproveito a ocasião de afirmar, a V. Ex.^a e a todos os outros ilustres colegas, o maior reconhecimento pela perfeita lealdade com que me trataram, bem como repito perante V. Ex.^a os mais ardentes protestos da minha inextinguível fé republicana.

De V. Ex.^a / Amigo muito grato / Leonardo Coimbra / Ministro da Instrução Pública e interino do Trabalho.»¹⁷

¹⁶ FREIRE — *A Questão*, p. 12.

¹⁷ O Primeiro de Janeiro (28-12-1922).

Excerto da carta dirigida ao Presidente da Comissão Municipal do Partido Republicano Português do Porto, a propósito da moção contra ele aprovada:

«(...) mas também devo dizer a V. Ex.^a que a minha lealdade republicana me obriga a trabalhar no parlamento e em toda a parte por aquela ideia, considerando que não o fazer é trair o verdadeiro espírito democrático, é ignorar os trabalhos científicos da moderna sociologia sobre o valor e a essência da actividade religiosa, é mentir à minha consciência de filósofo e ao meu carácter de homem verdadeiro e leal.

De modo que as comissões políticas teriam escolhido um deputado que iria ao parlamento trabalhar contra os seus desejos claramente manifestados na referida moção. Tal não acontecerá, porque nunca atraícoei uma ideia, nunca abusei da confiança que, em mim, os outros depuzeram.

E para que não aconteça, venho pedir a V. Ex.^a que comunique às comissões que vou depor nas mãos do sr. presidente da Câmara dos deputados o meu mandato de deputado eleito pelo Partido Republicano Português do Porto»¹⁸.

Estes são dois exemplos fulgurantes de clareza doutrinária, firmeza de convicções, coerência de atitudes, subtilidade diplomática e respeitosa tolerância para com os adversários.

Importante é salientar que esta segunda ocorrência e segunda frustração, aliás, como a primeira, não o fez recuar, caindo em desânimo, nem o atirou em fuga para a frente, lançando-o na revolta ou tentativa revolucionária.

A sua atitude é já a de um «cristão anónimo», não professo, mas cujo pensamento se alimentava das fontes evangélicas.

É o que vemos nas suas respostas a João Paulo Freire:

- «— Outra pergunta ainda: continua actuando na política?
- Entendamo-nos. Todos os nossos actos sociais são actos políticos.
- Queríamos nós dizer — política partidária...
- Na política partidária? Na política com os homens que ainda agora não o quiseram ou não me puderam entender? Meu amigo: afirmo-lhe que entre nós há, de facto, um desencontro. Os hindús diziam que apenas o véu de Maya nos encobria a realidade divina. Há aqui ou houve aqui esse véu apenas. Eles, como eu, querem melhor

¹⁸ O Primeiro de Janeiro. n.º 5 (6-1-1923).

felicidade para os homens, isto é: que seja mais verdadeira a fraternidade humana. Simplesmente eles supõem que a ciência *só por si* dará essa felicidade e que, portanto, é possível actuar das instituições para as almas. Eu acho que é de dentro para fora, isto é: das almas para as instituições, que devemos actuar. Daí, meu caro amigo, a minha resolução de sair do meu partido. Não para o abandonar. Não maguado ou desentendido. Mas para tentar um novo esforço de melhoramento do homem, pela cultura do jardim interior das almas. Três ou quatro almas que *creiam*, incendeiam as outras. Digo-lhe na minha absoluta sinceridade: Amo humildemente o bom povo português. Amo fraterna e humildemente os que me insultaram, e começo a sentir vergonha de ter respondido às suas violências com o desprezo. É só com amor que se lhes deve responder. Mas irei agora trabalhar liberto de partidos e de outro modo: de alma para alma, de dentro para fora, na reconstrução de um ideal que seja democrático, porque seja fraterno, e não por simples protocolo democrático»¹⁹.

Estas palavras manifestam, sem sombra de dúvida, que, na altura, Leonardo já era um político cristão, que tinha assimilado profundamente a moral evangélica e por ela pautava o seu pensamento, a sua relação com os adversários, o seu propósito de acção futura, a sua compreensão da democracia e a sua responsabilidade política perante o povo português.

Apesar disso, noutro passo da mesma entrevista, confidencia:

«Sabe, não tenho nenhuma religião confessional. Adoro Deus como posso, na meditação e no Amor dos outros. Mas sempre lhe direi que as mais altas horas da minha vida são aquelas em que o meu filho, sobre os Evangelhos, me fala do eterno mistério das almas!...»²⁰

É aqui sensível a atracção da Graça de Cristo. Leonardo fôra misteriosamente tocado. Daqui por diante, nota-se no seu pensamento uma inflexão, no sentido do confronto com a metafísica cristã e a dogmática católica. Inicia um itinerário espiritual, revelado em obras e artigos, como *O Mistério* (Janeiro de 1923), *Jesus* (1 de Abril de 1923), *Cristo como Ideal de Beleza* (1923), *A existência de Deus* (Março-Abril de 1923), *Guerra Junqueiro* (Julho de 1923), *Sobre*

¹⁹ FREIRE — *A Questão*, p. 24.

²⁰ *Ibidem*, p. 23.

a *Saudade* (Dezembro de 1923), *O Problema do Conhecimento* (1924), *S. Francisco de Assis (Visão Franciscana da Vida)* (1927), a II.ª parte, ainda inédita de *A Filosofia de Henri Bergson* (1932), *S. Paulo de Teixeira de Pascoais* (Setembro de 1934), *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre* (1935), que culminaria na adesão pública e formal à Fé católica e à prática sacramental.

E, assim, nos aproximamos do terceiro episódio ou ocorrência: o seu regresso à plena comunhão com a Igreja católica.

III.

Deste acontecimento, primordialmente de ordem íntima e com repercussão apenas na comunidade eclesial, pelo menos em princípio, temos o relato de uma testemunha presencial. Foi no dia 24 de Dezembro de 1935, na capela neo-gótica da família Pestana, sita na Rua do Almada, junto ao antigo Campo de S.º Ovídio, na cidade do Porto.

O Dr. Manuel Portocarrero descreve-o deste modo:

«Já noite velha, retinieo o telefone — 'Não falte amanhã na nossa Capela. Há grande surpresa de Leonardo Coimbra'.

Cumpriram-se os meus bons presságios. Na manhã seguinte, na Capela do Divino Coração, da família Pestana, naquela fina jóia ogival, entre o perfume das flores e os acordes do órgão, Leonardo Coimbra, serenamente, ajoelhava perante o altar...

Estava consumada a evolução religiosa do famigerado 'filósofo ateu', como o apelidavam com orgulho os antigos correligionários. Não há palavras que exprimam a emoção profunda de toda a assembleia cristã.

Leonardo Coimbra, esse, então, chorava como uma criança e são dele estas palavras ao findar da cerimónia: 'A minha conversão não foi obra de ilusão sentimental, nem de leviandade, oportunismo ou coacção de espírito, mas sim o natural epílogo de uma evolução lenta em que, lucidamente e em plena liberdade de consciência, prestei formal adesão à doutrina do Evangelho e abjurei o meu passado sem Deus'.

E, a rematar, com ênfase: 'Sinto-me plenamente feliz e, agora, com Deus para sempre'.»²¹

²¹ M. PORTOCARRERO — *Leonardo Coimbra: Sua conversão e os Retiros espirituais*. A Ordem (Porto, 10 de Outubro de 1970).

A celebração litúrgica incluiu o sacramento do Matrimónio contraído por Leonardo Coimbra e D. Maria Amélia Coimbra, e o sacramento do Baptismo, recebido pelo único filho sobrevivente do casal, Leonardo Augusto, estudante na Faculdade de Medicina, e então convalescente de uma prolongada doença. Foi ministro o P. Cruz, já com fama de Santo.

Que nos revela esta ocorrência da personalidade de Leonardo Coimbra?

Esta conversão foi interpretada, por um dos mais inteligentes dos seus alunos, como acto de procura, dado o seu espírito inquieto, verdadeiramente fáustico, por vezes, paradoxal. Corroborou-o Sant'Anna Dionísio, logo em 1936²², e chegou a classificá-la mais tarde, 1983, como acto de sujeição e dramática desistência.

Contrapôs-se-lhes o próprio filho, Leonardo Augusto, já em 1936, apelidando-a de *acto de encontro*, visto que todos os actos de procura, numa actividade religiosa, se desenrolam tendendo para o acto final de encontro, possível para todos, segundo a promessa do Evangelho: «Pedi, e dar-se-vos-á; buscai e achareis; batei e abrir-se-vos-á»²³.

Acto de libertação e de plenitude pessoal, acrescentam outros, implicitamente ou em termos equivalentes, como Sarmento de Beires, Professor de Matemática da Universidade do Porto, o P. António de Magalhães, S.J. e o Dr. Amândio César²⁴.

Esta conversão foi, sem dúvida a meta final de um longo percurso intelectual e existencial. Formado, desde jovem, no livre-pensamento; ele próprio, filósofo da liberdade; autónomo e independente, por índole; rejeitando todo o dogma e absoluto, como imposição exterior; emotivo e extroverso, sacrificando mesmo à plateia; de temperamento instável, com fugas e variações de humor; dotado de memória pronta e tenaz; de inteligência intuitiva e subtil, de grande exigência ética e ânsia de elevação espiritual, Leonardo Coimbra encontraria muitos obstáculos nesse processo de

²² Sant'Anna DIONÍSIO — *Leonardo Coimbra: Contribuição para o conhecimento da sua personalidade e seus problemas*. Porto: Edição do Autor, 1936, p. 13.

²³ Leonardo COIMBRA, Filho — *Leonardo Coimbra: Considerações sobre o livro do Dr. Sant'Anna Dionísio*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1936, p. 20.

²⁴ Cf. Ângelo ALVES — *A Conversão de Leonardo Coimbra: História e interpretação*. Humanística e Teologia. 1984, 5, p. 179-317. Separata.

maturação espiritual e religiosa: preconceitos a vencer, ligações afectivas, ideológicas e sócio-culturais a ultrapassar, exigências de racionalidade e de experiência pessoal a satisfazer. Mas tudo isso foi acontecendo gradualmente, em particular e de modo mais claro, desde 1923.

Foi certamente decisivo o acompanhamento que fez da evolução religiosa de Guerra Junqueiro, sollicitamente, durante a longa doença que precedeu a sua morte. Os artigos que publicou logo a seguir, reunidos depois em volume, revelam a profundidade dessa experiência e da reflexão que ia fazendo sobre a vida e a obra do poeta. Eis alguns passos mais significativos:

«De toda a obra de Junqueiro, a parte mais dramática e viva foi essa longa doença, que apenas os médicos e poucos amigos puderam ver.

(...) Eis Junqueiro na doença: um drama religioso, a que o nosso respeitoso silêncio devia ter assistido, mas que a nossa fácil curiosidade e os nossos mesquinhos interesses, por vezes perturbaram.

(...) Junqueiro veio do deísmo para um panteísmo, que, por favor dos humildes, é afinal um símbolo da cristianização.

Subirá consciente e voluntariamente até ao puro teísmo cristão.

A evolução é longa e difícil, mas ele a faz aceleradamente nos últimos períodos da doença.

Tal era a nossa certeza disso que o dissemos na nota que este jornal, «*O Janeiro*», publicou com a notícia da sua morte e antes que soubéssemos das suas últimas disposições. Nessa notícia dizíamos nós da evolução última do seu espírito.

E as nossas previsões foram de todo certas. Cremos, no entanto, que só a experiência da doença o poderia determinar.

(...) Durante essa doença ele pensou corrigir toda a obra de acordo com a sua crescente intuição e o seu aumentado amor cristão.

A ideia duma corrupção e queda foi-se-lhe impondo, até que no puro cristianismo encontrou o segredo desse mistério, que fora a luz das grandes visões pascalianas.

Eis porque Junqueiro deixou tombar a sua cabeça entre os braços amorosos de um crucifixo.

E o poeta, que em *Os Simples*, falando *pelo povo*, tinha amado uma natureza liberta do pecado pelo amor de Cristo, quiz colocar seu coração em repouso, de encontro à imagem de S. Francisco

de Assis: essa alma que parece ter pisado a terra numa fresca manhã do Eden.»²⁵

Nestes passos, vê-se que Leonardo já tinha assimilado globalmente, mas nos seus pontos fulcrais, a dogmática católica e tinha compreendido que uma conversão não é uma simples mudança de ideias, mas envolve a totalidade da pessoa, numa nova orientação de vida, à luz da exigência de uma destinação última, ou opção fundamental. A conversão à Fé só pode surgir no contexto de experiências vitais que abram para a responsabilidade de dar um sentido último à própria existência, que põem o homem concreto face a face com o destino e o problema da imortalidade.

Leonardo aplica a Junqueiro aquilo que a experiência da vida lhe foi ensinando, para além de todas as elucubrações filosóficas:

«Junqueiro era demasiadamente intelectualista-naturalista e leitor de assuntos filosóficos e científicos, para imaginar, fora duma experiência pessoal, as experiências vitais que façam quebrar, alargando-os e não desfazendo-os, os moldes filosófico-científicos...»²⁶

O filósofo de *O Criacionismo* acentua aqui a dinâmica da experiência vital, em que sobressaem as «experiências-limite» da morte e do amor, sobre todos os moldes filosófico-científicos. O sistema criacionista, porque aberto ao Infinito Excesso, à Transcendência ou a Deus e à imortalidade da alma, não foi desfeito por experiências cruciais, como a morte do seu primeiro filho, dias após a conclusão do seu primeiro livro, em que terminava com afirmações de optimismo espiritual, perante o enigma do Universo e o destino das almas.

Mas foi alargado em esperança de ascensão para o seio de Deus, a Fonte originária de todo o bem e de todo o Amor, onde as almas encontrarão a perfeita fraternização, a unidade com o Todo ou a harmonia universal.

Nessa altura ainda estava longe do horizonte da Fé católica. Outras experiências subseqüentes foram interiorizando a sua re-

²⁵Leonardo COIMBRA — *Guerra Junqueiro*. Porto: Edição de «A Renascença Portuguesa», 1923, p. 16-17, p. 41-42, p. 47.

²⁶*Ibidem*, p. 42.

flexão, sempre, ansiosa de verdade e sincera, com a conseqüente transmutação da escala de valores e de empenhamento subjectivo, tais como: a conflagração europeia de 1914-1918, em que tomou posição pela França como símbolo de democracia; a desilusão política, fruto da sua derrota na questão do ensino religioso, já referida; o encerramento da sua Faculdade de Letras do Porto, em 1930, com o conseqüente regresso ao ensino liceal, por se recusar a provas académicas que lhe permitiriam a continuação do ensino universitário; a revolução comunista na Rússia, que seguiu atentamente e escarpeliza, como humanismo antropolátrico e totalitário, na sua última obra. Estes factos, ora de índole pessoal, ora de natureza civilizacional, e a sua vivência, em nível de funda reflexão e de intervenção activa, foram operando nele uma depuração dos entusiasmos juvenis, da confiança excessiva na razão e na bondade natural do homem, foram-no levando à consciência das lutas de interesses, das fraquezas e transigências de muitos frente ao dever, das solidariedades que nivelam por baixo a vida política e social.

Apesar de afirmar, desde o início, em *O Criacionismo*, a vitória do Bem sobre o mal, da Vida sobre a morte, vai-se convencendo de que ela não será possível, pelas simples forças naturais. Assim, vai-se abrindo gradualmente à hipótese da revelação e da redenção, oferecidas pelo Cristianismo.

A confrontação do seu sistema filosófico com a metafísica cristã dá-se certamente a partir de 1923-24, em que lê obras de Sertillanges e de Maréchal, filósofos neo-tomistas, e dialoga com teólogos conhecidos (António de Magalhães e Manuel Pacheco, da Companhia de Jesus).

A doença prolongada do seu segundo filho e o desejo por ele manifestado de receber o baptismo, depois de uma evolução religiosa, que sollicitamente acompanhou, foram a gota de água que encheu o copo. Leonardo decidiu-se à conversão total.

Mas não foi sem lutas e superação de resistências. Ele próprio confessou ao Dr. Manuel Portocarrero, em encontro ocasional na baixa portuense:

«—Sabe, voltei a Gandra; uma felicidade para mim; já lhe posso dar a nova de me considerar um crente; mas a luta continua e, agora,

o principal obstáculo a vencer é o respeito humano; sabe, tinha muitos compromissos e ligações...»²⁷

Terá acontecido esta segunda estada na Gandra — casa de retiros espirituais fundada por D. Sílvia Cardoso junto a Baltar, no ano de 1930. Pelo menos é esta a data da edição do folheto em que Leonardo escreveu com o seu próprio punho «Casa do Retiro da Gandra». Trata-se dum exemplar da encíclica de Pio IX, *Mens nostra*, precisamente sobre a necessidade de promover os retiros espirituais.

Em artigo de Dezembro de 1983, no jornal «O Primeiro de Janeiro», Sant'Anna Dionísio revela mais um facto significativo.

Oito dias antes do seu aniversário e, portanto, nas vésperas da conversão formal, Leonardo Coimbra foi homenageado no salão nobre do mais luxuoso hotel do Porto.

Perante uma centena de admiradores, aí pronunciou um discurso impressionante, em que francamente expõe as razões fundas e transcendentais da sua posição espiritual, e da decisão de se afastar definitivamente «do que então se designava, com bastante ingenuidade, a disciplina laica e inquebrantável do livre-pensamento»²⁸.

São palavras do ilustre discípulo do filósofo portuense. E acrescenta:

«Nunca no nosso país, se teria assistido a um acto de meditada e veemente opção religiosa, como nesse solene encontro decisivo do filósofo, com os seus deslumbrados e trespassados ouvintes.»²⁹

Não refere Sant'Anna Dionísio quem promoveu a homenagem e a que propósito ou circunstância foi devida. Mas é claro e decidido o desassombro de Leonardo e a sua vitória sobre qualquer respeito humano ou ligações ideológicas e sócio-culturais.

A profundidade e firmeza da sua Fé vão ser postas à prova poucos dias depois, no trágico acidente de automóvel que o levaria à morte. Há poucos testemunhos sobre o seu estado de espírito nesta

²⁷ PORTOCARRERO — *Leonardo Coimbra*. A Ordem [Porto] (10 de Outubro de 1970).

²⁸ Sant'Anna DIONÍSIO — *Evocação frígida da fatídica noite de Baltar*. O Primeiro de Janeiro (26 de Dezembro de 1983).

²⁹ *Ibidem*.

hora de sofrimento e transe agónico. Mas o seu último escrito revelava-o sobejamente: foi uma pequena oração, pela Família guardada religiosamente, que mostra a sua confiança em Deus e, ao mesmo tempo, a generosidade do seu coração, capaz de oferecer a vida por aqueles que amava:

«Meu Deus!

Com o coração inquieto mas a inteligência serena faço-te esta súplica:

Se a doença do meu filho tivesse de ser fatal, aceitai a minha vida por a dele e só vo-la peço até o educar e poder deixar o indispensável a minha mulher.»

Curiosamente, a primeira loja maçónica, em que se filiou, intitulava-se «Luz e Caridade». O P. António de Magalhães escreveu alguns que Leonardo nunca pecara contra a Luz, tal era o seu amor pela Verdade. O Dr. Francisco Torrinha, que, antes de o conhecer, formava dele o pior dos conceitos — «pelo que ouvia dizer, devia ser um ateu, um inimigo da sociedade constituída, um demolidor, a verdadeira pessoa do Anti-cristo vinda ao mundo só para o mal»³⁰ — apesar de não ignorar os seus defeitos, como a sociabilidade excessiva, a liberdade de crítica e de apreciações que lhe granjeou inimizades e invejas, encontrou nele um verdadeiro amigo e traça dele este perfil:

«Alma franca, generosa e leal, Leonardo Coimbra rejubilava com a alegria dos outros e enternecia-se com os sofrimentos e agruras alheias, a tal ponto que se esquecia, por vezes, de si e dos seus, para valer a amigos e até a desconhecidos não bafejados pela sorte. O seu ministro das finanças — como ele dizia, referindo-se à Esposa — é que o livrava de apuros, se a tempo conseguia arrecadar a receita dos seus honorários.»³¹

Se a grandeza humana consiste própria e definitivamente na virtude moral, Leonardo foi um grande Homem. Tem estátua na sua terra natal e bem a merece, não apenas por se distinguir como filósofo, orador, literato ou político, mas pela sua estatura moral.

³⁰Francisco TORRINHA — *Testemunho*. In *LEONARDO Coimbra: Testemunhos dos seus Contemporâneos*. Porto: Livaria Tavares Martins, 1950, p. 175.

³¹*Ibidem*.

Pela procura incessante da Verdade; pelo seu amor à Liberdade; pelo alto ideal de vida pessoal e social, que sempre defendeu, com as armas da filosofia, da oratória, da escrita, da pedagogia e da política, e sempre com autêntico sentido de missão; pelos valores metafísicos, morais e religiosos que generosamente cultivou, desde a juventude, tornou-se uma grande figura, orgulho do concelho de Felgueiras, um Homem verdadeiramente ilustre, que pode servir de exemplo para as novas gerações.

ÂNGELO ALVES

Professor Auxiliar da Faculdade de Teologia